

## **35ª Reunião Brasileira de Antropologia**

**17 a 13 de julho de 2026**

**UFG / Goiânia**

### **Por uma antropologia de enfrentamento ao feminicídio: rodas de conversa e ação comunitária<sup>1</sup>**

Fernanda da Costa Gomes de Souza/ UEG – GO  
Flávia Valéria Cassimiro Braga Melo / UEG – GO  
Isabela Costa Cândido dos Reis/ UEG – GO  
Mayra Caiado Paranhos / UEG - GO

#### **Resumo**

Este trabalho analisa a roda de conversa como um recurso da antropologia feminista para o enfrentamento do feminicídio. A reflexão é baseada na experiência de uma ação extensionista chamada "Diálogos Feministas" (UEG, 2022-2025), realizada com comunidades na periferia de Aparecida de Goiânia (GO). Argumentamos que a roda opera simultaneamente como prática etnográfica e dispositivo de intervenção. Como etnografia, fundamenta-se na escuta ativa e na ética do cuidado para produzir conhecimento sobre as dimensões interseccionais da violência. Como intervenção, promove análise coletiva, letramento de direitos e construção de redes comunitárias de proteção. A antropologia feminista, ao se situar no centro da violência que estuda, converte a tensão da pesquisa em ação política. O trabalho demonstra a relevância desta metodologia para articular pesquisa e extensão, gerando, a partir do diálogo, infraestruturas comunitárias de enfrentamento à letalidade contra as mulheres.

**Palavras-chave:** Antropologia feminista; Rodas de conversa; Feminicídio.

#### **Introdução**

Esta comunicação apresenta a experiência do projeto de extensão “Diálogos Feministas”, da Universidade Estadual de Goiás. Nosso objetivo é discutir como as rodas de conversa se consolidaram como o método central de uma pesquisa-ação feminista voltada ao enfrentamento do feminicídio.

O trabalho descreve o percurso do projeto ao longo de quatro edições (2022-2025), detalhando os desafios e adaptações da prática extensionista em diferentes territórios da periferia de Aparecida de Goiânia – do formato virtual à ocupação Alto da Boa Vista, de um quilombo urbano à porta de uma Delegacia da Mulher (DEAM).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 35-ª Reunião Brasileira de Antropologia (ano 2026).

A partir desse relato, buscamos evidenciar como a metodologia das rodas, ancorada na escuta ativa e na ética do cuidado, opera simultaneamente como ferramenta de investigação etnográfica e como dispositivo de intervenção comunitária. Visa-se, assim, demonstrar que a antropologia feminista, quando posta em ação, pode converter a tensão de pesquisar a violência em um processo concreto de apoio mútuo, letramento de direitos e construção de redes locais de resistência.

## **1 "A violência que nos cerca: por uma antropologia de enfrentamento"**

Somos pesquisadoras e extensionistas (docentes e discentes) do curso de Direito da Universidade Estadual de Goiás (UEG – Campus Metropolitano, Sede Aparecida). Neste trabalho, relatamos nossa experiência em um projeto de extensão voltado à prevenção do feminicídio em comunidades da periferia de Aparecida de Goiânia, tendo como base teórica e metodológica a antropologia feminista.

Partimos da constatação de que as violências de gênero, em especial o feminicídio, persistem e se intensificam no Brasil. Isso nos impõe reconhecer a tensão inerente à pesquisa de um fenômeno que nos é próximo: somos mulheres, ainda que afetadas de modo distinto por vulnerabilidades específicas, a depender dos marcadores sociais que nos atravessam.

Situamo-nos, portanto, no “olho do furacão” porque a violência que investigamos não é um fenômeno distante, mas uma ameaça concreta. No Brasil, mulheres continuam morrendo diariamente por serem mulheres. Essa realidade nos atravessa e persiste, mesmo com a existência de dispositivos legais fundamentais, ainda que recentes, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015).

Para contextualizar o cenário nacional, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2025) registrou 1.492 feminicídios em 2024. Até a escrita deste texto, os dados nacionais consolidados para 2025 ainda não haviam sido divulgados, mas estudos indicam a escalada das diversas formas de violência contra mulheres.

Para a análise de 2025, recorreremos ao Monitor de Feminicídios no Brasil (MFB), coordenado pelo Laboratório de Estudos de Feminicídios (LESFEM)<sup>2</sup>. Diferente dos

---

<sup>2</sup> O LESFEM é vinculado à Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR). Para maiores informações sobre os dados preliminares do Monitor de Feminicídios no Brasil (MFB) referentes a 2025, a notícia completa está disponível em: <https://sites.uel.br/lesfem/variacao-das-taxas-de-feminicidio-no-brasil-revela-forte-aumento-em-2025/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

anuários oficiais, este levantamento independente adota o monitoramento diário de casos noticiados de mortes violentas de mulheres (consumadas e tentadas) em veículos de imprensa digital. Em dezembro de 2025, foram divulgados dados preliminares para janeiro a outubro, identificando 5.582 registros no país – uma taxa anualizada de 5,12 feminicídios por 100 mil mulheres. Desse total, 68,52% foram consumados e 31,48% correspondem a tentativas, indicando aumento significativo em relação ao mesmo período de 2024.

Em Goiás, nosso cenário local, a imprensa tem repercutido dados que evidenciam o agravamento dessa violência. Segundo reportagem publicada no portal G1, com base em estatísticas da Secretaria de Segurança Pública (França, 2026), os registros de feminicídio no estado subiram de 56 para 59 casos em 2025, um aumento de 6%. A análise torna-se mais crítica em perspectiva diacrônica: em comparação a 2018, o aumento da letalidade contra mulheres no estado chegou a quase 64%, demonstrando a persistência estrutural do fenômeno na última década.

Diante disso, nosso fazer antropológico parte do reconhecimento de que o feminicídio íntimo consumado é o estágio final de uma espiral que começa muito antes, em violências psicológicas, patrimoniais ou morais, e depois escala para a letalidade. Reconhecemos também que a prevenção é um longo caminho, que envolve redes complexas de apoio e ações educativas para a conscientização comunitária. É sobre essas ações educativas para a prevenção e enfrentamento, no contexto de nosso projeto de extensão, que tratamos neste relato.

Para compreender a letalidade da violência de gênero, é indispensável uma lente interseccional que considere os atravessamentos de raça, classe, sexualidade e outras vulnerabilidades sociais (Sarmiento et al., 2014; Mariano, 2023). Somente assim alcançamos as especificidades de grupos historicamente marginalizados. É com base nesse reconhecimento que o Modelo de Protocolo Latino-americano expande o conceito de feminicídio para além da esfera íntima, tipificando mortes decorrentes de estruturas de poder mais amplas como feminicídios não íntimos, racistas, transfóbicos, lesbofóbicos ou associados a tráfico humano e estigmatização social (Mariano, 2023).

## **2 A antropologia como ferramenta de enfrentamento à violência de gênero<sup>3</sup>**

---

<sup>3</sup> O presente relato recupera e sistematiza experiências apresentadas originalmente na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), realizada em julho de 2024 na UFMG, sob o título: "Quando a

O período pandêmico marcou o início de nossa jornada extensionista. Nosso objetivo era expandir a compreensão comunitária sobre os direitos das mulheres e as redes de apoio, como estratégia de prevenção ao feminicídio. Com a retomada dos encontros presenciais em 2022, realizamos a primeira edição do projeto *Diálogos Feministas*, utilizando rodas de conversa para debater o ciclo da violência com mulheres de diferentes comunidades do município.

Este projeto nasceu do desejo de transformar as dinâmicas de gênero dentro e fora da universidade. A formação jurídica tradicional no Brasil ancora-se em uma literatura majoritariamente produzida por homens brancos e heterossexuais, que perpetua um saber androcêntrico e frequentemente ignora a realidade social das mulheres na aplicação da justiça e dos direitos humanos.

Contudo, as teorias críticas e o pensamento descolonial, a partir da década de 1970, passaram a reorientar os debates. Ao questionar a naturalização do racismo, das violências e do patriarcalismo, abriram espaço para novas epistemologias e para "outros saberes". Essa mudança tem impulsionado etnografias mais atentas às lutas dos grupos estudados e fomentado uma prática antropológica engajada no ensino. É nesse terreno fértil de crítica e engajamento que nosso projeto se inscreve.

O *Diálogos Feministas* se propõe como uma ação extensionista inspirada na metodologia de Paulo Freire e na pedagogia transgressora de bell hooks, buscando converter o espaço acadêmico e comunitário em um lugar democrático de responsabilidade social.

Essa abordagem nos permite articular a Antropologia com disciplinas jurídicas fundamentais, construindo a base epistemológica para nossas ações. Para fundamentar o trabalho, adotamos como alicerce a educação popular de Paulo Freire (1996) e as vertentes feministas antirracistas do Direito Crítico, tais como as propostas de Livia Sant'anna Vaz e Chiara Ramos (2021).

Nossa abordagem teórica fundamenta-se, assim, em um feminismo plural. Como observa Castro (2019), as correntes feministas contemporâneas pautam uma emancipação integral, questionando de forma articulada patriarcado, racismo e classe. Sob essa ótica,

nosso objetivo geral é mediar diálogos reflexivos, criando espaços de acolhimento para mulheres da comunidade que vivenciam ou vivenciaram violência.

Em seus objetivos específicos, a ação busca atuar em duas frentes principais: formação acadêmica engajada e intervenção comunitária. Na universidade, visa incentivar estudos e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) sobre gênero e pautas feministas, além de capacitar estudantes para atuar na defesa dos direitos humanos das mulheres. Para a comunidade, o foco está em divulgar as leis protetivas (como a Lei Maria da Penha) e o funcionamento do ciclo da violência, discutir desigualdades interseccionais e, sobretudo, construir redes de apoio por meio de espaços de diálogo, escuta e acolhimento, divulgando canais de denúncia. A meta final é ampliar a popularização do pensamento feminista latino-americano e contribuir para a formação de pessoas engajadas em coletivos e ativismos feministas.

### **3 Sobre o Projeto Diálogos: um breve relato das experiências, até aqui**

Conforme as diretrizes da Universidade Estadual de Goiás (UEG), a extensão universitária é compreendida como um processo político, cultural e educativo indissociável do ensino e da pesquisa. A instituição define essa prática como um mecanismo de interação transformadora, onde a universidade e os diversos setores da sociedade constroem conhecimento juntos. Nesse sentido, a extensão opera através da troca de saberes e do contato direto com a realidade local, respondendo às demandas concretas das comunidades onde a UEG está inserida.

O *Diálogos Feministas*, como já explicado é um projeto de extensão universitária. Ele tem sido operado como um laboratório contínuo da antropologia feminista aplicada. Ao longo de suas edições (2022-2025), transcendeu a dimensão de um relato extensionista para se consolidar como um processo reflexivo sobre o próprio fazer etnográfico em contextos de violência. Cada edição, ao responder a desafios concretos de diferentes comunidades, gerou aprendizados que modularam as rodas de conversa como um método dinâmico e intencional de enfrentamento. Esta seção não busca apenas descrever uma cronologia de atividades, mas sistematizar as lições centrais que passaram a compor nossa base metodológica engajada. O projeto teve quatro edições anuais, realizadas sequencialmente de 2022 a 2025. A seguir, estão as experiências de cada uma.

A primeira edição operou em formato remoto, com dez rodas de conversa que registraram entre 40 e 120 acessos. Para dinamizar a interação, criamos um perfil no

Instagram, ferramenta mantida ativa desde então. Um pilar metodológico fundamental foi estabelecido: a decisão de não gravar os encontros e flexibilizar a identificação, sem exigir câmeras abertas ou nomes reais. Essa garantia de sigilo e espaço seguro mostrou-se acertada. Ao perceberem a proteção do ambiente, muitas participantes, espontaneamente, abandonaram o anonimato e compartilharam vivências sensíveis, validando a confiança como condição para a produção do conhecimento.

Na segunda edição, migramos para o presencial com uma mudança de lógica: fomos até a comunidade, especificamente a ocupação Alto da Boa Vista, na periferia de Aparecida de Goiânia. Com apoio do CREAS II e 42 discentes, oferecemos 40 vagas. A presencialidade revelou um desafio não previsto: as mulheres chegavam com suas crianças. Para que a maternidade não fosse um impedimento, organizamos duas frentes de trabalho, a primeira foi de acolhimento das mulheres e a segunda, de recreação infantil, complexificando a logística do "quebra-gelo" ao lanche. Uma pesquisa posterior confirmou a urgência da intervenção: 86,7% das participantes relataram já ter sofrido violência psicológica, reforçando a necessidade de deslocar a universidade para onde a violência ocorre.

Na terceira edição, direcionamos a ação para mulheres de uma comunidade quilombola urbana. Com autorização da liderança local e no Centro de Convivência da comunidade, mantivemos o apoio de 46 discentes. Ampliamos o escopo das parcerias, trazendo o SEBRAE para discutir emancipação econômica e, atendendo a demandas das participantes, convidamos Policiais Militares Femininas para um diálogo sobre a efetividade das medidas protetivas e da Patrulha Maria da Penha. Essa edição evidenciou a roda de conversa como um dispositivo para articular saberes especializados e demandas locais específicas, tecendo redes que vão além da academia.

A quarta edição ocorreu estrategicamente em uma DEAM recém-inaugurada, com reuniões em uma tenda externa, exposta ao tempo. A precariedade da infraestrutura refletia a realidade orçamentária: até a presente data, o projeto operava sem apoio financeiro da instituição. Todos os custos operacionais foram cobertos por meio de vendas beneficentes em um 'Bazar de Desapegos', composto por roupas, acessórios e livros arrecadados via doações de alunos e professores engajados na causa<sup>4</sup>. A execução,

---

<sup>4</sup> O projeto foi recentemente contemplado e homologado no edital de fomento da FAPEG (Chamada Pública nº 12/2025 – Apoio a Projetos de Extensão de Instituições de Ensino Superior do Estado de Goiás). A aplicação dos recursos iniciará em 2026, financiando as atividades da 5ª edição.

porém, trouxe uma lição contundente sobre a pesquisa-ação: o planejamento burocrático não previu a realidade do campo, e a primeira roda contou com apenas duas participantes. Diante do que parecia um malogro, a equipe adotou uma postura de busca ativa "corpo a corpo", indo às calçadas, batendo nas portas da vizinhança e visitando escolas. Essa flexibilidade e disposição para se reorganizar frente ao real (intensificada com panfletagem na rua), não apenas salvou o encontro, mas reafirmou a necessidade de uma postura etnográfica proativa e adaptativa como parte integrante do método.

#### **4 Aprendizados no campo: nas rodas de conversa, somos canais de escuta**

O fazer etnográfico engajado nos colocou, acima de tudo, na posição de canais de escuta. Este não é um lugar passivo, mas uma postura metodológica ativa que redefine a pesquisa: nossa função primária é criar e manter um espaço onde narrativas possam emergir, ser acolhidas e, a partir daí, gerar análise e ação coletiva. Os aprendizados a seguir são fruto direto dessa escuta atenta ao campo, revelando como as rodas operam transformações a partir do que é partilhado.

Embora a transcrição das gravações esteja em andamento, as dinâmicas observadas em campo e as intervenções das participantes já permitem análises iniciais sobre a formação de redes de resistência. Um primeiro achado refere-se à dinâmica do grupo pequeno: o número reduzido de participantes tem favorecido a concentração, elevado a autoconfiança e resultado em intervenções mais profundas, ampliando a qualidade da escuta ativa.

Nota-se, ainda, um fenômeno de atração espontânea: com frequência, mulheres que vão à DEAM para registrar ocorrências (muitas vezes acompanhadas dos filhos) ao tomarem conhecimento da roda, demonstram interesse em integrar o grupo reflexivo. Isso indica que o espaço da roda está se configurando como um ponto de acolhimento e apoio no limiar imediato da denúncia formal, oferecendo um contraponto humanizado à burocracia policial.

As narrativas coletadas revelam o caráter devastador e interseccional da violência. Um caso emblemático é o de uma participante, casada há mais de dez anos e mãe de três filhos (sendo uma criança com Transtorno do Espectro Autista). Ela relatou que, ao sofrer violência doméstica e buscar apoio dos pais, não só não foi acolhida, como foi aconselhada a retornar ao marido. A motivação para romper a espiral de violência só surgiu quando percebeu que o marido abusava sexualmente dos filhos. Esse relato sugere

que a proteção dos filhos pode se tornar o fator crítico que ultrapassa o limite da violência sofrida pela mulher, catalisando o ato de ruptura. Essa percepção é ecoada no comentário de uma adolescente que acompanhava a mãe: "as mulheres costumam se manter em ciclos de violência porque acham que os agressores vão mudar, mas eles não mudam".

Outra observação crucial diz respeito ao regime de controle que persiste sobre as participantes, inserindo a discussão nas esferas da violência psicológica e patrimonial. Em uma iniciativa de contato, uma professora parceira ligava para lembrar as mulheres das reuniões. Surpreendentemente, várias chamadas eram atendidas pelos companheiros, que demandavam saber o teor da conversa. Essa situação explicita a falta de autonomia e o controle sobre os meios de comunicação pessoais (os celulares), demonstrando que, mesmo após buscarem ajuda institucional e estarem próximas de redes de apoio, as participantes permanecem sob vigilância que dificulta sua plena emancipação.

Em contrapartida a esse controle privado, a própria presença das mulheres no pátio da DEAM, participando das rodas, configura-se como um ato político de resistência pública. Compor um grupo reflexivo feminista focado no letramento de gênero e na prevenção do feminicídio opera como um microssistema de apoio. Este não substitui as redes formais do Estado, mas as complementa ao preencher as lacunas de escuta e acolhimento que o sistema de justiça (primordialmente punitivista) frequentemente deixa abertas.

A proximidade física com a delegacia e as constantes referências às Medidas Protetivas de Urgência situam a discussão sobre violência de gênero no marco dos Direitos Humanos, reconhecendo essas mulheres como sujeitos ativos na afirmação de seus direitos. Dessa forma, a experiência valida a hipótese de que a ação extensionista, ao promover o diálogo nesses cenários periféricos, não apenas descreve o ciclo da violência, mas atua como um catalisador de empoderamento prático. Ela fortalece a autodefesa e tece redes comunitárias que são fundamentais para a superação da cultura machista e para a efetivação de uma justiça social mais ampla.

### **Considerações finais**

As experiências do *Diálogos Feministas* aqui relatadas nos levam a considerar a roda de conversa como um método-invenção da antropologia feminista aplicada. Mais do que um método de coleta de dados, ela se mostrou uma tecnologia social flexível, capaz de se adaptar a contextos diversos (do virtual ao presencial), da ocupação à

delegacia, mantendo sua perspectiva paulofreiriana de reflexividade e de afeto, visando a construção de espaços seguros.

O percurso de quatro edições demonstra que essa metodologia cumpre uma dupla função indissociável. Como ferramenta etnográfica, permite uma escuta sensível que captura a complexidade interseccional da violência e os mecanismos de controle que persistem sobre as mulheres. Como prática de intervenção, materializa-se em um ato político de resistência no espaço público e opera como um catalisador de redes comunitárias de apoio, preenchendo lacunas deixadas pelas respostas institucionais.

Portanto, este trabalho tem nos levado a compreender que a antropologia de enfrentamento proposta não é uma abstração teórica. Ela se concretiza no compromisso de deslocar a universidade para onde a violência ocorre, assumindo a pesquisa como um processo de escuta ativa, análise coletiva e ação compartilhada. A potência do método reside justamente nessa capacidade de, a partir da tensão do “olho do furacão”, gerar conhecimento crítico e, ao mesmo tempo, fomentar infraestruturas concretas de cuidado e luta contra o feminicídio em nossa comunidade.

## Referências

- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. DOI: 10.1590/S0104-026X2000000100016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 23 jun. 2024.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BRASIL. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 20 jan. 2026.
- BRASIL. *Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm). Acesso em: 20 jan. 2026.
- CASTRO, Mary Garcia. Questionando gênero como ideologia: juventudes no Brasil e direitos sexuais e reprodutivos. *Juventude.br*, [S. l.], n. 17, p. 7–12, 2021. Disponível em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/187>. Acesso em: 23 jun. 2024.
- COCEVID, TJ GOIÁS. *Goiás agora tem um observatório para monitorar casos de feminicídio e violência contra a mulher*. 2025. Disponível

em: <https://cocevid.com.br/goias-agora-tem-um-observatorio-para-monitorar-casos-de-feminicidio-e-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>. Acesso em: 30 nov. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/c3605778-37b3-4ad6-8239-94e4cb236444>. Acesso em: 29 nov. 2025.

FRANÇA, Bárbara. *Feminicídio cresce 6% em Goiás em 2025*. G1 Goiás, Goiânia, 19 jan. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2026/01/19/feminicidio-cresce-6percent-em-goias-em-2025.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2026.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização Flávia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução Ana Luiza Libânio. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

LESFEM – LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE FEMINICÍDIO. *Informe Semestral Brasil: Feminicídio (Consumado e Tentado)*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2025. Disponível em: <https://sites.uel.br/lesfem/informe-semestral-brasil-jan-a-jun-2025/>. Acesso em: 30 nov. 2025.

MARIANO, Silvana; SOUZA, Márcio Ferreira de. A morte antecipada na forma de feminicídio: pelo direito à justiça, à verdade e à memória. *Mediações*, Londrina, v. 28, n. 1, p. 1-33, 2023. DOI: 10.5433/2176-6665.2023v28n1e46956. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2023v28n1e46956>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MELO, Flávia Valéria Cassimiro Braga. Quando a Antropologia transpassa fronteiras entre o Ensino e a Extensão: a aplicação de diálogos feministas no enfrentamento à violência de gênero. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 34., 2024, Belo Horizonte. *Anais da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Belo Horizonte: UFMG, 2024. Disponível em: [https://www.34rba.abant.org.br/atividade/view?q=eyJwYXJhbXMiOiJ7XCJJRF9BVElWSURBREVCjJpcIjE3N1wifSIsImgiOiIwZjIwNmI5ZDk4MTVjYmEyZWJkYzczMmMzNDE0N2NiMSJ9&ID\\_ATIVIDADE=177](https://www.34rba.abant.org.br/atividade/view?q=eyJwYXJhbXMiOiJ7XCJJRF9BVElWSURBREVCjJpcIjE3N1wifSIsImgiOiIwZjIwNmI5ZDk4MTVjYmEyZWJkYzczMmMzNDE0N2NiMSJ9&ID_ATIVIDADE=177). Acesso em: 16 jan. 2026.

O POPULAR. *Venda de armas cresce 145% em Goiás em um ano*. Goiânia, [2021]. Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/venda-de-armas-cresce-145-em-goias-em-um-ano-1.2200991>. Acesso em: 10 out. 2024.

SARMIENTO, I. R. et al. *Modelo de Protocolo Latino-americano de Investigação das Mortes Violentas de Mulheres por Razões de Gênero* (Feminicídio). [S. l.]: ONU Mulheres, 2014. Disponível em: <https://lac.unwomen.org/sites/default/files/Field%20Office%20Americas/Documents/Publicaciones/LatinAmericanProtocolForInvestigationOfFemicide.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. Pró-Reitoria de Extensão. *Ações de Extensão*. [2025?]. Disponível em: [https://www.ueg.br/conteudo/13729\\_acoes\\_de\\_extensao](https://www.ueg.br/conteudo/13729_acoes_de_extensao). Acesso em: 20 jan. 2026.

VAZ, Livia Sant'anna; RAMOS, Chiara. *A justiça é uma mulher negra*. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2021.